

Clube de Paris volta a se reunir. Mas sem o Brasil.

Mas os negociadores brasileiros ainda podem ser chamados. E os banqueiros europeus estão otimistas com a possibilidade de acordo.

Após ter chegado a um acordo para reescalonar a dívida da Nigéria, no valor de US\$ 7,5 bilhões, o Clube de Paris volta a se reunir hoje no Centro de Conferências Internacionais da *avenue Kleber*, Hotel Majestic, para discutir o reescalonamento da dívida brasileira garantida pelos Estados, no valor de US\$ 9 bilhões. Ao contrário do que se anuncia, não se trata de uma reunião plenária e tradicional do Clube, convocada especialmente para tratar do caso brasileiro como já ocorreu no passado, quando aqui esteve o então ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Talvez só isso explique o cancelamento da viagem do ministro Dilson Funaro, inicialmente prevista. O debate do caso brasileiro se dará no contexto de uma reunião mensal dos parceiros do Clube.

Ontem, uma reunião preliminar presidida pelo chefe da assessoria internacional do Tesouro francês, Samuel Lajeunesse, foi realizada no Hotel Majestic, sem a presença dos dois representantes brasileiros, Alvaro Alencar, chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, e Antonio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central. Na reunião de hoje, só participam os credores, sendo que os representantes do governo do Brasil poderão ser chamados para

informações complementares. Nos dias que antecederam essa reunião, ocorreram diversos encontros paralelos entre representantes dos países credores e os altos funcionários brasileiros.

Não há dúvida que prevalece um clima de relativo otimismo junto aos meios financeiros europeus. Eles lembram que até há pouco as negociações estavam bloqueadas, sendo que o recente relatório do Fundo Monetário sobre a evolução da economia brasileira contribuiu para que as negociações saíssem do impasse. Mas isso não quer dizer que um acordo possa ser anunciado por antecipação, como parece estar sendo dirigido o noticiário por certos setores oficiais no Brasil.

“É preciso caracterizar uma intervenção bastante evidente do FMI para que os 65 outros países identifiquem essa intervenção, mas é também preciso imaginar uma fórmula bastante oculta para que, no Brasil, essa intervenção não venha a ser identificada”. Essa afirmação de um banqueiro francês envolvido com a dívida brasileira, ilustra bem a dificuldade da negociação atual entre o Clube de Paris e o governo do Brasil.

De um lado, o clube que até hoje, segundo seu presidente, Jean Claude Trichet, não admitiu ne-

nhum precedente, isto é renegociar o reescalonamento da dívida de um país sem um acordo prévio com o Fundo Monetário. Do outro, a conotação política da posição do governo brasileiro: a não aceitação de um acordo clássico com o FMI passou a ser uma questão de honra. A direção do Clube de Paris se veria afogada por pedidos semelhantes se fizesse concessões neste ponto.

Não se pode esquecer também a condição particular do Clube de Paris que não dispõe de meios próprios para avaliar a situação econômica e financeira de um país. Por essa razão, ele se apóia na perícia e logística do FMI, consideradas inigualáveis na matéria. Essa exigência permite garantir a igualdade de tratamento dos países devedores.

É por isso que se afirma que um acordo pode ser obtido, através da aplicação mais rígida do ponto IV das regras do Fundo Monetário e que trata de uma avaliação anual da economia dos países-membros. Essa seria uma forma disfarçada de se admitir um certo monitoramento, sem as concessões que eram feitas no passado. É por isso que se diz que o governo do Brasil e o Clube de Paris buscam estabelecer os limites máximos de concessões.

De qualquer forma, o fato de estar-se desenvolvendo uma negociação indica que essa “fórmula mágica” estava ontem a caminho de ser encontrada. O sinal verde do FMI permitiu a abertura de negociações com o Clube de Paris, sendo que esses entendimentos poderão assegurar o início, quase imediato, das negociações com os bancos comerciais. O governo brasileiro espera que isso ocorra já nos primeiros dias do ano.

As condições da Nigéria

A Nigéria obteve na madrugada de ontem um acordo junto ao Clube de Paris para o reescalonamento de sua dívida, no valor de US\$ 7,5 bilhões, o mais importante que esse fórum financeiro aprovou desde o reescalonamento da dívida da Polónia, ocorrido no final do ano passado. Esse país conseguiu reescalonar suas dívidas junto ao Clube por um período de dez anos, carência de cinco, empréstimos de médio e longo prazo com vencimento entre 30 de setembro deste ano até o final de 1987. Quanto aos

atrasados comerciais de curto prazo, o acordo prevê uma consolidação de oito anos em relação ao acumulado até 31 de dezembro de 1983 e uma consolidação de quatro anos para o que se acumulou após essa data.

O acordo com a Nigéria só foi obtido após um longo período de negociação em que esse país procurou, no início, fugir às condições ditadas pelo Fundo Monetário. Finalmente, a partir do segundo semestre deste ano, as medidas de austeridade adotadas pelo governo nigeriano tiveram o aval do FMI e puderam acelerar as negociações em relação à dívida privada e a garantida pelos governos, isto é, junto ao Clube de Paris.

Segundo os observadores do caso nigeriano, as autoridades desse país não tiveram outra saída. Após cinco anos de rigor solitário, sem admitir as regras dos credores ocidentais, a Nigéria se viu diante de um impasse, agravada com a queda dos preços do petróleo que levaram o país a uma situação qua-

se explosiva. A queda da receita do petróleo caiu de US\$ 25 bilhões para apenas US\$ 6 bilhões.

O governo da Nigéria foi encostado na parede e não teve outra alternativa senão preparar um plano de reestruturação de sua economia com os técnicos do Fundo Monetário e do Banco Mundial. Entre outras coisas, esse plano prevê uma forte redução do déficit orçamentário, redução do ritmo de aumento dos salários da função pública, redução do número de funcionários, além de um programa progressivo de privatizações. Instituiu-se também nesse país um duplo sistema de taxa de câmbio. Após esse acordo com o FMI, não restava outro caminho ao Clube de Paris a não ser concluir também a negociação sobre a parte da dívida nigeriana garantida pelos governos. De qualquer forma, a Nigéria não se constituiu um precedente, pois só concluiu um acordo com o Clube de Paris após ter se acertado com o FMI.

Reali Júnior, de Paris